

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Cerca de 300 detidos e levados para Papuda 3

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Invasores roubaram armas do Planalto 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Moraes afasta Ibaneis do cargo 5

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad mira alta das receitas e estabilização da dívida pública 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ANFIP

Brasileiros começam 2023 pagando mais IR pelo 27º ano seguido 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Decisão de fatiar Economia abre caminho para lentidão e divergências 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tipo de investimento vai demandar atenção este ano 14

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Audidores fiscais tentam alterar Código de Defesa do Contribuinte 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PT estuda alternativa para plano de manter refinarias da Petrobras 18

O GLOBO - RJ - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O árduo combate às desigualdades - ANTÔNIO GOIS 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ajuste "exige" superávit de 0,5% do PIB em 2024 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

China acena com acordo de livre comércio com Mercosul 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Sustos e desencontros - HENRIQUE MEIRELLES 27

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

É urgente priorizar metas para impulsionar o agronegócio (Editorial) 28

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Economia global caminha para era de tensão e juro alto 29

Cerca de 300 detidos e levados para Papuda



Prisões começaram a ser feitas na Esplanada e criminosos chegaram rezando para serem fichados. Crimes praticados podem levar a 20 anos de cadeia

MICHELLE PORTELA

Pelo menos 300 pessoas foram presas por invadir e depredar o Palácio Planalto, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional. O grupo de terroristas começou a chegar à Cidade da Polícia, no começo da noite. Todos foram fichados, passaram por exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal e encaminhados para o Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília - onde aguardarão a audiência de custódia devido ao indiciamento criminal.

De acordo com o delegado-geral da Polícia Civil, Robson Cândido, os criminosos serão enquadrados com base no artigo 359-M do Código Penal por tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído. A pena de reclusão pode chegar a 20 anos em prisão em regime fechado, além de pena suplementar correspondente à violência dos atos praticados individualmente.

"Os presos estão sendo autuados em flagrante", disse Cândido, que ressaltou que a Polícia Civil realizou todo o trabalho de inteligência. "A gente monitora e, assim como aconteceu no passado, a gente atuou de forma repressiva. A confusão que aconteceu foi lamentável e nós iremos, por meio das imagens, identificar e prender (os envolvidos)", assegurou.

O delegado-geral também chamou a atenção que o Governo do Distrito Federal foi avisado para a chegada dos terroristas por conta do monitoramento que os investigadores vinham fazendo. "Foi uma desordem que aconteceu. Nós identificamos, sim, que as pessoas poderiam vir para Brasília. A Secretaria (de Segurança do Governo do Distrito Federal) estava sendo avisada", garantiu.

Causou estranheza entre os investigadores a grande quantidade de mulheres detidas entre os terroristas, com os quais não foram encontrados armamentos.

"Pai Nosso"

Os criminosos chegaram à polícia reunidos em cinco ônibus. Rezando o "Pai Nosso", os primeiros terroristas chegaram estavam algemados e alguns ainda traziam edições da Constituição Federal. Imagens aéreas mostraram que eles foram enfileirados agachados em frente ao IML à espera da realização do exame.

Em nota, a Controladoria-Geral da União (CGU) informou que vai orientar todos os órgãos e entidades do Poder Executivo a abrir investigações contra servidores federais que tenham participado da depredação. Os órgãos deverão "proceder à devida instauração de processos administrativos para apurar e punir exemplarmente **servidores públicos** federais que, tendo participado dos atos de invasão de repartições e depredação do patrimônio público, atentaram contra os deveres de lealdade às instituições e de moralidade administrativa que devem orientar a atuação do agentes públicos e, principalmente, contra o Estado Democrático de Direito, os quais poderão ser demitidos por lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional".

Invasores roubaram armas do Planalto

SÃO PAULO AGÊNCIA ESTADO

Os extremistas que invadiram o Palácio do Planalto, ontem, roubaram armas e munições que estavam no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, no Palácio do Planalto. A informação foi divulgada pelo ministro-chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom), Paulo Pimenta.

Segundo ele, foram levadas armas letais e não letais. As imagens divulgadas pelo ministro têm caixas de armamentos vazias e uma sala com materiais revirados. "Em cada uma dessas maletas eram armas, letais e não letais. E tentaram colocar fogo (na sala)", diz o ministro. O secretário nacional do consumidor, Wadih Damous, disse suspeitar que os extremistas tinham informações privilegiadas sobre o que havia na sala.

"Nos demais andares eles depredaram. Tinham informação de que aqui se guardavam armas. Tinham informação do que deveriam levar daqui", disse. Em nota, a Controladoria-Geral da União (CGU) informou que vai orientar todos os órgãos e entidades do Poder Executivo a abrir investigações contra servidores federais que tenham participado da depredação.

Os órgãos deverão "proceder à devida instauração de processos administrativos para apurar e punir exemplarmente **servidores públicos** federais que, tendo participado dos atos de invasão de repartições e depredação do patrimônio público, atentaram contra os deveres de lealdade às instituições e de moralidade administrativa que devem orientar a atuação do agentes públicos e, principalmente, contra o Estado Democrático de Direito, os quais poderão ser demitidos por lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional".

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

Moraes afasta Ibaneis do cargo



Alexandre de Moraes: "descaso e conivência com criminosos"



Ibaneis ficará fora do cargo por 90 dias por ordem do STF

LUANA PATRIOLINO

Ministro do Supremo Tribunal Federal tirou o governador do Distrito Federal do cargo, após omissão diante dos atos terroristas na capital. Ibaneis Rocha e Anderson Torres foram incluídos em inquéritos que apura atos antidemocráticos. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), está afastado do cargo de chefe do Executivo local, por um período de 90 dias. A decisão é do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) - que apontou falhas na condução dos atos terroristas em Brasília e crimes de responsabilidade por parte dele e do secretário de segurança exonerado Anderson Torres.

A decisão do magistrado aconteceu horas após os atos violentos dos bolsonaristas. Inconformados com a

derrota de Jair Bolsonaro (PL) nas urnas, os extremistas voltaram a aterrorizar a capital. Em uma sequência de atos violentos, os golpistas invadiram e depredaram os prédios dos três poderes em Brasília: Palácio do Planalto, Congresso e STF.

Moraes disse que não há justificativa para a falta de atuação do governo do DF diante dos atos antidemocráticos. "Absolutamente nada justifica a existência de acampamentos cheios de terroristas, patrocinados por diversos financiadores e com a complacência de autoridades civis e militares em total subversão ao necessário respeito à Constituição Federal. Absolutamente nada justifica a omissão e conivência do Secretário de Segurança Pública e do Governador do Distrito Federal com criminosos que, previamente, anunciaram que praticariam atos violentos contra os Poderes constituídos", argumentou o ministro.

"O descaso e conivência do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública e, até então, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres - cuja responsabilidade está sendo apurada em petição em separado - com qualquer planejamento que garantisse a segurança e a ordem no Distrito Federal, tanto do patrimônio público só não foi mais acintoso do que a conduta dolosamente omissiva do governador do DF, Ibaneis Rocha", escreveu Moraes.

O ministro ainda mandou incluir Ibaneis e Torres no inquérito que investiga atos antidemocráticos no país. O afastamento do governador do DF tem como objetivo apurar os fatos com maior eficiência e sem nenhuma intervenção do agente público. "É razoável que, ao menos nesse primeiro momento da investigação, onde a manutenção do agente público no respectivo cargo poderia dificultar a colheita de provas e obstruir a instrução criminal, direta ou indiretamente por meio da destruição de provas e de intimidação a outros **servidores públicos**, se determine a suspensão do exercício da função pública", disse.

Na mesma decisão, Alexandre de Moraes também determinou a retirada das estruturas do acampamento bolsonarista em até 24 horas em frente ao Quarto do Exército, na área central de Brasília. Os apoiadores de Jair Bolsonaro estão no local desde o resultado das eleições que definiu Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como presidente. O movimento aumentou no último fim de semana, com a chegada de dezenas de ônibus oriundos de outros estados.

De acordo com o ministro, os que insistirem em ficar poderão ser presos em flagrante e enquadrados em pelo menos sete crimes diferentes. São eles: atos terroristas; associação criminosa; abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; ameaça; perseguição; e incitação ao crime.

A operação deverá ser realizada pelas Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal, com apoio da Força Nacional e Polícia Federal - caso seja necessário. Moraes também determinou a apreensão e bloqueio de todos os ônibus identificados pela Polícia Federal, que trouxeram os terroristas para o DF. Os proprietários deverão ser identificados e ouvidos em 48 horas, apresentando a relação e identificação de todos os passageiros.

Haddad mira alta das receitas e estabilização da dívida pública

BRASÍLIA - Com as medidas de ajuste fiscal em elaboração pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a dívida bruta pode se estabilizar próxima a 76% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no período de três a quatro anos e depois voltar a cair. É o que apontam as primeiras simulações do impacto do Plano Haddad na dívida pública. Em todos os cenários, a dívida bruta fica abaixo de 80% do **PIB**, ao longo do período da projeção, até 2030.

Levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada, o plano tem enfoque no aumento de receitas, como antecipou o Estadão. As medidas para aumentar as receitas somam R\$ 160 bilhões mais o resgate dos recursos que estão no fundo PIS/Pasep e não foram sacados, o que deve garantir outros R\$ 23 bilhões. Elas estão divididas entre reversão de desonerações, entre elas de combustíveis, e ações extraordinárias, como dar incentivo para dar fim ao estoque de ações do **Carf**, última instância para recorrer de autuações da Receita, com impacto positivo no caixa.

A ideia é reduzir o rombo previsto para este ano e alcançar um cenário para o endividamento considerado não explosivo, depois da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, aprovada no final do ano passado, que elevou os gastos e também as incertezas em relação à sustentabilidade das contas públicas. Em novembro passado, último dado disponível, a dívida bruta fechou em 74,5%.

A equipe de Haddad traz uma nova pegada para a correção dos desequilíbrios das contas públicas ao mudar a chave do ajuste fiscal, após o governo Lula ter trabalhado no Congresso para conseguir aumentar o espaço para novos gastos e cumprir as promessas de campanha.

Do lado dos gastos, o pacote prevê R\$ 40 bilhões de redução de despesas - R\$ 25 bilhões com uma execução do Orçamento menor do que a aprovada pelo Congresso e outros R\$ 15 bilhões devem vir da redução de despesas com a revisão de contratos e programas. O corte de gastos representa 18% do valor total de ajuste.

Entre medidas que aumentam arrecadação e outras que reduzem os gastos, o pacote de Haddad prevê um

ajuste potencial de até R\$ 223 bilhões - o equivalente a 2,08% do **PIB**. Os dados do Plano Haddad vazaram por um erro da assessoria do ministro, que tirou fotos da primeira reunião dele com a sua equipe, na terça-feira, e distribuiu para a lista dos jornalistas que cobrem a pasta. Uma das fotos tinha um slide com um dos cenários do plano de ajuste.

As fotos foram apagadas, mas os números vieram a público, antecipados pelo Estadão/Broadcast, o que acabou gerando críticas por ter muitas medidas temporárias com alcance apenas em 2023.

Para assessores de Haddad, ouvidos pelo Estadão, no entanto, a plano é crível, sem bala de prata, e um primeiro passo de um processo de reequilíbrio das contas públicas que contará com um programa de avaliação e revisão de políticas públicas, a ser conduzido em conjunto com a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

Eles ressaltam que outras medidas serão adotadas e destacam o potencial da **reforma tributária**, que será aprovada na avaliação do governo em 2023, para o crescimento da economia brasileira e, conseqüentemente, da arrecadação. Caberá ao presidente Lula balizar o alcance do seu martelo final. Na reunião ministerial da sexta-feira, Haddad pediu aos colegas apoio ao ajuste.

Um dos pontos reforçados pelo governo é que os próprios analistas do mercado financeiro, na pesquisa Focus do Banco Central, já esperam um déficit de R\$ 120 bilhões em 2023, sem que tenha sido anunciada nenhuma medida. Um sinal de que o resultado negativo do orçamento está superestimado em pelo menos R\$ 110 bilhões. Uma medida adicional de ajuste já traria o déficit para baixo. O projeto de orçamento foi enviado pelo governo com déficit de R\$ 63,7 bilhões, antes da aprovação da PEC da Transição.

+ Os melhores conteúdos no seu e-mail gratuitamente. Escolha a sua Newsletter favorita do Terra. Clique aqui!

Site: <https://www.terra.com.br/economia/haddad-mira-alta-das-receitas-e-estabilizacao-da-divida-publica,7520f0beab453afc76f60070c99998b408q0p382.html>

Brasileiros começam 2023 pagando mais IR pelo 27º ano seguido

Flavia Kurotori são paulo

Os brasileiros iniciam o ano de 2023 pagando mais IR (Imposto de Renda) por falta de reajuste na tabela usada para calcular os descontos em salários e aposentadorias.

O último reajuste integral da tabela foi realizado em 1996. Sem a correção, os aposentados e trabalha do respagam um percentual desproporcional à reposição salarial anual, prejudicando o aumento real da renda, avaliam especialistas.

Desde 1996, a tabela do Imposto de Renda passou por atualizações, sendo a última em 2015, no segundo governo da então presidente Dilma Rousseff (PT). Mesmo assim, não houve reposição completa e a defasagem acumulada é de 145,56%, estima levantamento da Unafisco Nacional (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**).

A projeção da entidade é que a União arrecade, em 2023, mais de R\$ 320 bilhões como IR, dos quais R\$ 190 bilhões seriam indevidos.

"Quem paga são os assalariados que têm apenas a reposição da **inflação** nos salários e pagam mais IRano após ano. São recursos que deveriam estar nas mãos das famílias e não estão", afirma Mauro Silva, presidente do Unafisco Nacional.

Hoje, quem recebe até R\$ 1.903,98 por mês está isento do IR. Se a tabela fosse corrigida integralmente, salários de até R\$ 4.675,38 não precisariam pagar, e o número de isentos passaria de 7.948.772 para 24.542.434, uma redução de pelo menos R\$ 186,8 milhões na arrecadação, segundo a entidade.

A correção integral da tabela do IR foi promessa de campanha de Jair Bolsonaro (PL) em 2018. Em junho de 2021, o governo enviou proposta, como parte da **reforma tributária**, ao Congresso. A Câmara dos **Deputados** aprovou o texto, que não avançou no Senado. Só nos últimos quatro anos, a defasagem estimada é de 30,35%.

Uma das promessas do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) é a isenção para quem recebe até R\$ 5.000.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

51

Decisão de fatiar Economia abre caminho para lentidão e divergências



Idiana Tomazelli e Fábio Pupo Brasília

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de fatiar o Ministério da Economia em quatro pastas ajudou o novo governo a acomodar a coalizão vencedora nas eleições, mas deve gerar divergências nas discussões de políticas e maior lentidão no funcionamento da máquina pública.

Áreas que precisam se comunicar para tocar as finanças do país voltarão a ficar separadas e sob comandos distintos. O Tesouro Nacional está no Ministério da Fazenda, de Fernando Haddad (PT). Já a SOF (Secretaria de Orçamento Federal), área relacionada, responde ao Planejamento e Orçamento, de Simone Tebet (MDB).

O Tesouro é responsável pela gestão da dívida pública e do caixa da União, cuida do fluxo de pagamentos dos compromissos do governo federal, bem como do cumprimento das regras fiscais. A SOF cuida da formulação do Orçamento e da gestão dos créditos, administra demandas das pastas e aponta quanto cada uma pode gastar.

Além de mudanças de ordem prática, a cisão da Economia pode ajudar a gerar embates entre Fazenda e Planejamento, ou entre Fazenda e a pasta voltada à indústria, lembrando episódios que perpassam a história econômica do Brasil. Discordâncias sobre

tamanho das despesas, políticas de abertura comercial, entre outras, foram frequentes nos anos em que essas pastas ficaram sob diferentes comandos.

Apesar das possíveis divergências, a divisão foi exaltada pelo ministro da Fazenda em seu discurso de posse. Segundo ele, agora há uma rede de postos para pensar a agenda econômica, não um único "posto Ipiranga" - como o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) se referia ao ex-ministro Paulo Guedes, em alusão à campanha publicitária da marca que pregava ter todos os itens buscados por clientes.

Em 2018, Guedes colocou como condição para embarcar na campanha de Bolsonaro a fusão das diversas pastas eco-nômicas sob seu comando, o que acabou lhe conferindo o apelido de "superministro".

A junção dos órgãos patinou no começo, com as dificuldades de gerir o transatlântico que havia se tornado a área econômica do governo. Relatos de diferentes integrantes da antiga Economia, porém, são de que houve ganho gradual de agilidade nos trabalhos, sobretudo pela maior facilidade nas discussões.

No superministério de Guedes, antigos ministérios viraram secretarias especiais, todas seguindo a mesma política econômica - a agenda liberal que almejava reduzir o tamanho do Estado e abrir a economia para o resto do mundo. Eventuais discordâncias entre esses órgãos eram resolvidas pelo ministro.

Lula, por sua vez, costuma dizer a aliados que gosta de divergências - uma forma de demonstrar que prefere ouvir diversas opiniões antes de ele próprio tomar a decisão final.

Sob o petista, o Ministério da Economia foi dividido em Fazenda, comandada por Haddad; Planejamento e Orçamento, sob Tebet; Gestão e Inovação em Serviços Públicos, com Esther Dweck; e Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (tradicionalmente chamado de Mdic), sob a gestão do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB).

O Ministério do Trabalho e Previdência também foi fatiado, originando duas novas pastas, mas a estrutura já não estava sob o guarda-chuva da Economia desde

julho de 2021.

No núcleo duro da área econômica, Haddade Dweck são quadros mais alinhados ao PT. Já Tebet e Alckmin têm como conselheiros economistas identificados com uma linha mais liberal.

Na tentativa de evitar especulações sobre possíveis embates, o discurso nos bastidores tem sido o de que Tebet e Haddad trabalharão alinhados para formular uma nova proposta de regra fiscal para o país, bem como para amplificar o trabalho de avaliação de políticas públicas, com possibilidade de revisão e aprimoramento dos programas.

Ao ter seu nome anunciado, em dezembro, Tebet chamou Haddad para a fotografia com Lula, num gesto que indicou a tentativa de mostrar sintonia entre as duas pastas.

No entanto, a potencial discordância entre os dois foi citada pela própria ministra em seu discurso de posse, na quinta-feira (5). Ela disse ter ficado surpresa pelo convite porque atuaria em uma área em que tem "alguma divergência" com os demais titulares.

A economista Elena Landau, que integrou a equipe de Tebet na campanha, disse que o trabalho da ministra envolve -rá parceria.

Outro ponto de atenção será a recriação do Mdic sob a chefia de Alckmin. A pasta costuma ser mais sensível aos anseios do empresariado, que buscam incentivos à produção e resistem a uma maior abertura comercial. Parte dessa visão tende a se opor aos objetivos da Fazenda, sobretudo em medidas que afetam as contas públicas.

Além das diferenças políticas, o fatiamento dos ministérios pode gerar redundâncias ou problemas práticos. Dos quatro ministérios, três devem ter uma secretaria voltada à área internacional.

Na Fazenda, o foco na área internacional deve ser a discussão de acordos como Mercosul-União Europeia e da adesão à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). No Planejamento, segundo membro do governo, a função será mais de relacionamento com organismos multilaterais. O Mdic deve se voltar a discussões ligadas a comércio exterior, e eventuais medidas contra abuso econômico na relação com outros países.

As pastas precisaram recriar órgãos de assessoramento jurídico. Por esses motivos, a divisão das pastas inclusive dificultou a resolução do quebra-cabeça de cargos e funções a serem distribuídos na

Esplanada dos Ministérios.

Em termos de eficiência, um estudo feito pelo Tesouro Nacional, em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o Instituto Publix, analisou a arquitetura organizacional do Orçamento e do Tesouro de outros países para comparar os arranjos adotados. A conclusão foi a de que, entre dez países analisados, seis adotavam o modelo centralizado -com Tesouro e Orçamento sob um mesmo órgão ou ministério.

Na OCDE, 29 de 35 países têm as duas estruturas sob uma mesma pasta. Segundo o estudo, esse modelo tem vantagens como a integração entre as áreas e a existência de uma liderança unificada, capaz de alinhar a política a ser implementada e mediar eventuais divergências. Na prática, diz o texto, o chamado "ciclo da despesa" fica todo num mesmo órgão, facilitando decisões e processos.

No Brasil, em que Tesouro e Orçamento ficaram centralizados entre 2019 e 2022, os relatos são de que até a proximidade física ajudou na integração das equipes. Antes, os prédios ficavam a dez quilômetros de distância.

Já o modelo descentralizado proporciona mais independência de atuação e possibilidade de "pesos e contrapesos" nas decisões. Técnicos que trabalharam no estudo dizem não haver "certo ou errado", embora reconheçam que o ganho de eficiência nos processos no período de integração entre Tesouro e SOF foi significativo.

O risco de perda de eficiência é justamente uma das críticas de Paulo Uebel, ex-secretário especial de Gestão do antigo Ministério da Economia. Ele elenca ainda maior burocracia e inchaço da máquina. "Os processos são mais demorados, mais lentos, tem que mudar de ministério, manda para um, manda para outro." "Por causa disso, tem uma tendência natural a aumento de estrutura, com cada um querendo mais orçamento, mais cargos e mais concursos", afirma. Para ele e outros ex-integrantes da cúpula da equipe, dificilmente o novo governo conseguirá operar sem ampliar seus custos.

Uebel pondera que, apesar dos problemas listados, a presença de mais ministros pode dividir o volume de trabalho e unir forças pelos objetivos do governo.

Carlos da Costa, ex-secretário especial de Guedes e atual chefe do escritório do Ministério da Economia em Washington, diz que os trabalhos unificados eram rápidos, sobretudo na etapa de formulação de políticas da pasta, mas que a agilidade se perdia quando se buscava alinhamento com outras áreas do governo.

"O desenho dos programas era muito ágil. Foi assim que a gente conseguiu ser rápido em políticas como lei da liberdade econômica, marco das startups, reforma da Previdência e na pandemia, quando fizemos 600 medidas em quatro meses. Agora, quando envolvia outros ministérios nesse momento de alinhamento posterior, às vezes demorava mais." Costa diz que havia divergências entre sua secretaria especial, que tinha estrutura análoga à do Mdic, e a **Receita Federal** -mas que os temas eram debatidos até um consenso e que o mesmo deve ocorrer no novo governo.

No modelo pré-Guedes, Fazenda e Mdic entraram em embate, na criação do Rota 2030, programa de subsídios ao setor automotivo criado no governo de Michel **Temer**. O então ministro Henrique Meirelles (Fazenda) discordava do formato exigido pelo então ministro Marcos Pereira (Indústria) e a Casa Civil precisou intervir.

Carla Beni, mestre em história econômica e professora de economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas), lembra que os ministérios da área já foram palco de outros desentendimentos históricos, entre Mário Henrique Simonsen (Fazenda) e Delfim Netto (Planejamento), ou Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento).

Apesar disso, ela diz que o maior número de pastas pode trazer vantagens. "Fica melhor para o público, porque de fora você pode acompanhar melhor os resultados." Para ela, o fato de três dos quatro ministérios do núcleo duro da equipe econômica (Haddad, Tebet e Alckmin) serem potenciais presidenciáveis pode gerar conflitos e vontade de um querer "abafar" o outro, mas pode fazê-los querer mostrar resultados. "Quanto mais eficiente cada um for na sua pasta, melhor para cada um em 2026."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

51

Tipo de investimento vai demandar atenção este ano



Aposentadoria na mira. Apresentação do RendaA+, no fim do governo anterior

(Cris Almeida)

Se sua lista de metas para 2023 incluir "investir no Tesouro Direto", saiba que vai precisar acompanhar os acontecimentos em Brasília com mais frequência. Isso porque, dizem analistas, a questão fiscal deve continuar no radar do mercado, o que deve balizar o desempenho dos títulos públicos, pelo menos no primeiro semestre.

- Nesse período esperamos maiores definições políticas do novo governo, como por exemplo um possível início de discussões que envolvam a pauta da **REFORMA TRIBUTÁRIA** e qual será o posicionamento econômico da nova equipe - diz o analista da Toro Investimentos, Rodrigo Caetano.

Em novembro, último dado disponível, eram 2,1 milhões de investidores brasileiros ativos no Tesouro Direto, com R\$ 102 bilhões aplicados.

Este ano, segundo os especialistas, para o investidor que deseja carregar os produtos até o seu vencimento, e com a taxa básica de juros (Selic) a 13,75% ao ano, os papéis atrelados a ela e com vencimento de até três anos são os mais recomendados. Isso porque a Selic deve continuar elevada por um bom tempo - muitos analistas nem esperam mais que ela comece a recuar em 2023.

Os papéis atrelados ao IP-CA com vencimento médio de cinco a oito anos podem ser boas opções para a carteira, já que os juros reais deles, hoje acima de 6% ao ano, ainda estarão em patamares elevados, o que beneficia o ganho real do investidor.

Se a ideia é vender o papel antes do prazo, Caetano indica títulos prefixados e papéis atrelados ao IPCA com juros semestrais, com vencimentos em 2033 e 2055, respectivamente: - Esses papéis têm maior sensibilidade às variações dos juros. Logo, quando houver um ciclo de redução dos juros, a marcação a mercado poderá ser benéfica.

O mercado vai exigir paciência e resiliência do investidor nos momentos de turbulência na economia, por isso, a orientação é que, se for preciso sair do investimento antes do prazo, que isso só aconteça depois dos primeiros dois a três anos.

Estarão no radar ainda as definições do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), a trajetória da Selic e a **inflação**.

-A gente olha para o IPCA em 2023 e percebe que ele vai cair como consequência do aumento da taxa de juros. Então é aguardado que o Tesouro IPCA+ faça um caminho diferente, em rentabilidade, e passe a valorizar mais. Já o Tesouro Prefixado, com a provável queda da Selic, deve se desvalorizar, perdendo um pouco a atratividade atual -diz o sócio e gerente educacional da Órama Investimentos, Gilvan Bueno.

Para ele, quem comprou um título prefixado que oferece até 7% ao ano de retorno, sendo que a Selic hoje está em 13,75%, pode considerar aceitar perda, sair do investimento e comprar um título em que consiga recuperar o prejuízo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Audidores fiscais tentam alterar Código de Defesa do Contribuinte

Por Beatriz Olivon - De Brasília

O Senado irá analisar este ano o projeto de lei que cria um Código de Defesa do Contribuinte (PLP nº 17, de 2022) e terá que enfrentar a resistência dos auditores fiscais da **Receita Federal** ao texto, aprovado em novembro pela Câmara dos Deputados. O tema é prioritário na agenda da entidade que os representa, o Sindifisco Nacional.

A entidade pretende defender que o tema tramite apenas como parte de uma **reforma tributária** ampla. Entre outros pontos, a proposta prevê que a **Receita Federal** terá que pagar dano moral ao contribuinte se lavrar autuação fiscal ou negar recurso que contrarie decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) ou do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou orientação vinculante do próprio órgão. A exceção será para incerteza ou divergência sobre a aplicação do precedente.

Para o primeiro vice-presidente do Sindifisco Nacional, Tiago Barbosa, o PLP nº 17 inviabiliza a tributação das grandes rendas, facilita a evasão de divisas e não traz qualquer contribuição para os pequenos contribuintes.

Isac Falcão Santos, presidente da entidade, considera que o projeto parte de uma premissa "muito equivocada" de que a administração tributária brasileira precisa ser contida. "O que acontece no Brasil é que os super-ricos encontram um sem número de brechas jurídicas para o não pagamento de **tributos**", diz.

Seria importante, segundo Falcão, ter a administração tributária fortalecida para conseguir fazer todos pagarem **tributos**. "Uma administração tributária enfraquecida tende a cobrar daquelas pessoas também enfraquecidas."

Um ponto importante, afirma, que não consta no texto, seria a alteração da forma de reajuste do crédito tributário. Hoje são aplicados juros simples. "Se a empresa deixa de recolher tributo para a União e compra um título do Tesouro Nacional, depois de alguns anos ela paga o tributo que devia e tem lucro com a operação", diz.

A categoria, de acordo com Falcão, atuou enquanto o projeto tramitava na Câmara para tentar mitigar alguns

pontos problemáticos, como o que impediria o auditor fiscal de chamar a polícia em uma fiscalização. "Vamos voltar as atenções para o Senado, com a expectativa de que os senadores possam trabalhar no texto excluindo dispositivos que ameaçam o custeio estatal e políticas públicas."

Já para tributaristas, há avanços no texto. Traz previsões importantes sobre garantias, segundo Daniella Zagari, sócia do escritório Machado Meyer. O projeto, destaca, afirma expressamente que o contribuinte pode substituir o depósito judicial por outros tipos de garantias, como fiança ou seguro, o que nem sempre é aceito. Além disso, fixa que a apresentação de outras garantias - que não dinheiro - suspendem a exigibilidade do crédito tributário. "Isso é um fator de redução de litígio", diz.

O projeto, acrescenta a advogada, é muito bom, ainda que tenha alguns princípios e regras que já seriam extraídos do sistema jurídico. "Mas é importante que seja positivado para que fique claro", afirma ela, destacando que o texto deixa expressa a compreensão de que o contribuinte é a parte fraca nessa relação. "Entendendo que essa relação é desigual é que se pode criar mecanismos para proporcionar a igualdade."

O texto final, de acordo com especialistas, ainda traz outras previsões favoráveis aos contribuintes. Uma delas diz que se a Fazenda perder a causa que discute autuação fiscal, deverá ressarcir o contribuinte pelas despesas na constituição de fiança ou seguro bancário, quando o crédito tiver sido lançado de ofício. O projeto também determina que a quantidade de notificações emitidas por um fiscal não poderá ser usada como critério para bônus de eficiência e produtividade.

Outro ponto do texto é o desconto regressivo sobre as multas e juros de mora para incentivar o contribuinte a quitar a dívida. O desconto é de 60% para pagamento dentro do prazo de contestação do lançamento; 40% se o débito for pago durante a tramitação do processo administrativo em primeira instância e até o fim do prazo para apresentar recurso voluntário; e de 20% nos demais casos, contanto que o pagamento ocorra em até 20 dias depois da constituição definitiva do crédito tributário.

Se o contribuinte confessar o débito e desistir de contestá-lo na via administrativa ou na Justiça, os descontos serão acrescidos de 20 pontos percentuais. Assim, no primeiro caso, o desconto total pode chegar a 80%. Os descontos, porém, cairão pela metade se as multas forem qualificadas por dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou se o contribuinte for devedor contumaz.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Auditores fiscais tentam alterar Código de Defesa do Contribuinte

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/01/09/auditores-fiscais-tentam-alterar-codigo-de-defesa-do-contribuinte.ghtml>



Audidores fiscais tentam alterar Código de Defesa do Contribuinte

Tudo que vai para o Senado impõe pagamento de dano moral se autuação fiscal contraria decisão do STF (1/3)

Por Ricardo Oliveira — de Brasília
revisado por: Ana Carolina de Moraes



Faltou aos fiscais o pagamento de um valor equivalente ao dano moral — Ricardo Oliveira

O Senado irá analisar este ano o projeto de lei que cria um Código de Defesa do Contribuinte (PLC nº 17, de 2023)

#entocadadefudacontribuinte

Quer ter acesso ilimitado aos conteúdos do Valor? Confira agora uma oferta imperdível!

EU QUERO

Pré-Inscrição número: 0000.700.8888

Conteúdo Publicidade		
<p>Intercâmbios</p> <p>Deixe o inglês ganhar sua vida e você ganhar um mundo. Aprenda inglês em 12 meses com o curso de inglês online da BRUNO.</p>	<p>Novos trabalhos para contadores</p> <p>Seja um contador e descubra as melhores oportunidades em BRUNO.</p>	<p>Deixe sua gestão sempre alinhada com o Excel</p> <p>Descubra como usar o Excel para melhorar sua produtividade com o curso de Excel da BRUNO.</p>
<p>Excel e o mundo real: os aplicativos de Excel</p> <p>Descubra como usar o Excel para melhorar sua produtividade com o curso de Excel da BRUNO.</p>	<p>Contabilidade para todos</p> <p>Descubra como usar a contabilidade para melhorar sua produtividade com o curso de contabilidade da BRUNO.</p>	<p>Excel: 100 dicas para quem trabalha com Excel</p> <p>Descubra como usar o Excel para melhorar sua produtividade com o curso de Excel da BRUNO.</p>
<p>Curso "Marketing de Imprensa"</p> <p>Seja o primeiro a saber tudo sobre o marketing de imprensa e como usar a imprensa para sua empresa. Aprenda com o curso de marketing de imprensa da BRUNO.</p>	<p>Aprenda a negociar de forma assertiva</p> <p>Descubra como negociar de forma assertiva e alcançar seus objetivos com o curso de negociação da BRUNO.</p>	<p>Curso "Marketing de Vendas"</p> <p>Seja o primeiro a saber tudo sobre o marketing de vendas e como usar o marketing de vendas para sua empresa. Aprenda com o curso de marketing de vendas da BRUNO.</p>

Mais do Valor Econômico

Papa Francisco atribui ataques em Brasília a enfraquecimento da democracia no mundo
Análise do papa sobre o Brasil, incluindo a situação do Brasil e o papel da Igreja Católica em um mundo em transformação.

Rechaço da invasão e o foco na política
Brasil se prepara para a chegada de tropas russas e o foco na política externa e interna.

Acompanhe a reação do mercado financeiro aos ataques terroristas em Brasília
No quarto ataque, os investidores e o Brasil ficaram mais preocupados com a segurança e o futuro do país.

Criptomoedas surpreendem com ganho superior a ações, ouro e dívida no início de 2023
O Bitcoin lidera o mercado de criptomoedas, superando o ouro e a dívida pública.

Azul: Tráfego de passageiros em dezembro tem ligeira queda e capacidade aumenta 6,7%
A Azul reportou um crescimento de passageiros de 6,7% em dezembro e uma capacidade aumentada.

Estrangeiros sacam R\$ 765,7 milhões na B3 em 05/01 e 06/01
O fluxo de capital estrangeiro na B3 foi positivo em janeiro, com um total de R\$ 765,7 milhões.

Venda de implementos rodoviários fecha 2022 com queda de 47%
A venda de implementos rodoviários fechou 2022 com uma queda de 47% em relação ao ano anterior.

Políticos de Aécio Franco e Sérgio Guimarães são adiados após invasão do Congresso, STF e Povo
A decisão do STF e do Congresso sobre a invasão do Povo foi adiada.

Políticos de Aécio Franco e Sérgio Guimarães são adiados após invasão do Congresso, STF e Povo
A decisão do STF e do Congresso sobre a invasão do Povo foi adiada.

Políticos de Aécio Franco e Sérgio Guimarães são adiados após invasão do Congresso, STF e Povo
A decisão do STF e do Congresso sobre a invasão do Povo foi adiada.

Valor	Produto	Conteúdo do Valor	Siga o Valor	Ative
Termos de Uso	Política de Privacidade	Política de Privacidade	Política de Privacidade	Política de Privacidade
Política de Privacidade				
Política de Privacidade				
Política de Privacidade				

PT estuda alternativa para plano de manter refinarias da Petrobras



Refinaria Landulpho Alves, no recôncavo baiano, vendida para o fundo árabe Mubadala. São Paulo, 14 de dezembro de 2022. Foto: MME

Lucas Marchesini e Julio Wiziack Brasília

O futuro presidente da Petrobras, senador Jean Paul Prates (PT-RN), avalia a possibilidade de romper um acordo com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para manter seis refinarias sob comando da petroleira. Os danos, no entanto, podem ser tão elevados que alternativas passaram a ser estudadas.

Uma das saídas analisadas pelos envolvidos nas discussões é vender as refinarias abrangidas pelo acordo firmado com o Cade há mais de três anos para, com o dinheiro arrecadado, outras unidades serem construídas.

Durante a transição, o PT chegou a pedir para a Petrobras parar com o plano de desinvestimento. Sob essa ótica, o fim do acordo com o Cade passou a ser a única forma de cumprir a promessa de campanha de Lula de ampliar a produção local de combustíveis para forçar a queda de preço, especialmente da gasolina e do diesel.

No entanto, se levar o plano adiante, a Petrobras voltará a responder a um processo sancionador que ficou suspenso com a assinatura do acordo com o Cade. As chances de a petroleira ser condenada por suposto abuso de poder econômico são grandes - motivo que a levou ao acordo no início do governo Jair Bolsonaro (PL).

A multa, especulam os técnicos do tribunal, pode ser muito elevada, e o desgaste na imagem da companhia, incomensurável.

Em contrapartida, há uma saída, segundo pessoas que acompanham as discussões no governo: seguir com a venda das seis refinarias restantes, conforme o combinado com o Cade, e usar os valores arrecadados para financiar a construção de novas unidades na mesma região.

Além de cumprir o acordo e aumentar os investimentos no setor, como deseja o governo, a medida também ampliaria a concorrência no setor. Isso porque as empresas que compraram esses ativos se tornaram monopolistas regionais e estariam vendendo combustível mais caro para clientes da própria região, que não têm outra alternativa para adquirir o produto.

Essas refinarias, no entanto, afirmam que essa situação só ocorre porque estão sendo obrigadas a comprar o insumo da própria Petrobras, que cobra mais caro. As importações, ainda segundo essas empresas, tornaram-se penosas diante da escassez do petróleo no mundo na pandemia, o que as tornou reféns da estatal.

Desde setembro de 2022, o Cade investiga a questão e a Petrobras está na mira. O órgão quer saber se a estatal prioriza suas refinarias com preços mais baixos - o que configuraria discriminação.

O acordo entre Cade e Petrobras foi firmado em 2019 e impôs a venda de oito das 13 refinarias da estatal, o que reduziria a participação da companhia no mercado a cerca de 50%. Hoje ela detém 98% do mercado, segundo o Cade. O plano de desinvestimento deveria ter sido concluído em 2021.

No entanto, até o momento, somente duas refinarias tiveram sua venda completamente concretizada, uma no Amazonas e outra na Bahia.

A venda de uma terceira, no Ceará, será analisada pelo tribunal do Cade depois de o conselheiro Victor Fernandes discordar da decisão da SG (Superintendência Geral) do órgão, que autorizou a venda. A SG instrui os processos que são julgados pelo plenário.

Diante da demora em se desfazer das refinarias, a Petrobras teve que pedir mais prazo para o Cade para cumprir o acordo, o que foi concedido.

Tecnicamente, não é possível rever os termos do acordo. Politicamente, o tribunal também não quer abrir qualquer tipo de exceção porque isso enfraqueceria o que se considera ser um importante instrumento de coibição de práticas abusivas de mercado.

Pelos chamados TCCs (Termos de Cessação de Conduta), a empresa recolhe uma contribuição pecuniária e se compromete a pôr fim às práticas consideradas abusivas.

Em troca, o processo sancionador a que ela respondia fica suspenso. Assinado, esse acordo entra em vigor e passa a ser monitorado pelo Cade. Caso haja descumprimento, ele é cancelado e o processo volta a tramitar no tribunal até ir a julgamento.

No caso das refinarias da Petrobras, o processo foi movido por denúncia feita pela Abicom, a associação de importadores de combustível. Eles afirmaram que a empresa vendia combustível a preços muito mais baixos do que a média praticada em outros países -a chamada paridade internacional.

Essa diferença é que vem mantendo distorções de preços, tornando o combustível da Petrobras mais barato do que o da concorrência. Embora distribuidoras concorrentes da estatal tenham discordado da tese de que a concentração elevada (98%) levava a Petrobras a ser monopolista, a área técnica do Cade viu elementos que sustentaram a abertura do processo e que levaram, segundo técnicos envolvidos, à condenação à época.

Atualmente, o assunto ganhou conotação política com a decisão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de derrubar preços de combustíveis por meio da redução de **impostos**, medida que foi encampada pelo Congresso e que poderia ajudar na reeleição do mandatário -que, mesmo assim, foi derrotado por Lula.

O petista, que inicialmente criticou a medida de viés eleitoreiro, decidiu manter a redução de **impostos** por mais dois meses até que a política de preços da Petrobras seja revista. O futuro presidente da companhia, Jean Paul Prates, afirmou recentemente que não pretende fazer uma intervenção, mas ao mesmo tempo deixou claro que defende mexer na política de preços quanto à chamada paridade de importação.

Para ele, não faz sentido falar em paridade de importação quando o combustível está sendo produzido no país.

Em sinal de que está atento aos problemas

enfrentados pelo novo governo, o presidente do Cade, Alexandre Cordeiro, pediu para que a SG abrisse uma investigação para apurar se postos subiram abusivamente o preço dos combustíveis na virada do ano.

A medida vai em linha com o que fez o ministro da Justiça, Flavio Dino, de enviar ofício questionando distribuidoras de combustível sobre o assunto.

Cordeiro chegou ao Cade em 2015, no governo de Dilma Rousseff (PT), por indicação do senador Ciro Nogueira (PP). Desde então, ele já foi conselheiro e superintendente-geral. Ocupará a presidência da autarquia até 2025.

DUAS REFINARIAS TIVERAM A VENDA COMPLETAMENTE CONCRETIZADA

Uma refinaria no Amazonas e outra na Bahia tiveram a venda concluída. A venda de uma unidade em Fortaleza, no Ceará, será analisada pelo tribunal do Cade. Dentre as que não foram vendidas há unidades em Pernambuco, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50151>

O árduo combate às desigualdades - ANTÔNIO GOIS

ANTÔNIO GOIS

Em seu discurso de posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu priorizar o combate "a todas as formas de desigualdade". Na educação, a tarefa será árdua, e exigirá atenção tanto às formas mais visíveis de iniquidade quanto àquelas que nem sempre são percebidas pelos atores do sistema, por estarem muitas vezes enraizadas na cultura escolar.

Além da injusta desigualdade herdada de berço, a segregação no sistema educacional ocorre desde cedo pelo acesso diferenciado de pobres e ricos a escolas públicas e privadas. No topo da elite, chega-se a pagar mensalidades que representam quase todo o gasto estatal por aluno. Podemos aqui discutir a pertinência de subsídios (via deduções de IR ou isenção de **impostos** a instituições privadas) ao setor, mas, neste caso, estruturalmente, não há outro caminho que não seja a melhoria da qualidade, de modo a atrair mais famílias de classe média para a rede estatal.

Acontece que, como demonstram vários estudos, há desigualdade no acesso a melhores e piores escolas dentro do setor público também. Isso é feito de variadas maneiras. Por exemplo: municípios ou UFs mais ricos conseguem investir mais por aluno, daí porque é tão importante a complementação da União. Há também um viés de seleção entre os que conseguem vaga na elite do setor público, como escolas federais, militares, técnicas, ou mesmo naquelas municipais e estaduais que são reconhecidas como melhores. Pode-se amenizar esse problema, em alguns casos, com cotas ou eliminando vestibulinhos que algumas dessas instituições ainda fazem, mas, mesmo assim, o perfil dos pais que buscam essas escolas tende a ser de famílias de maior renda e escolaridade, seja por terem mais acesso a informação, seja por morarem mais próximas.

O problema, porém, não está apenas no acesso. Dentro das escolas, há também muito a ser feito. Os dados do questionário do Saeb (respondido por diretores de escolas públicas) mostram, por exemplo, que uma das formas mais comuns de atribuição de turmas é dar prioridade de escolha aos professores mais experientes. Pode parecer um critério justo antes fiquem com turmas mais desafiadoras. Em algumas

redes municipais e estaduais, o critério de alocação de diretores ou professores às escolas é o mesmo. Este é um típico problema que não se resolve apenas com uma canetada, pois é preciso também criar condições para que os melhores profissionais sejam atraídos e permaneçam onde estão aqueles mais precisam deles.

E há uma camada ainda mais difícil de ser alcançada pelas políticas públicas: a sala de aula. No livro "A cultura da repetência", Maria de Lourdes Sá Earp mostra como é comum a prática de professores escolherem um grupo de alunos a serem priorizados, deixando os demais para trás, fenômeno descrito por ela como o centro e a periferia da sala de aula. Ricardo Madeira, Marcos Rangel e Fernando Botelho, ao compararem as notas dos professores com as dos alunos de São Paulo em testes externos, identificaram que, sistematicamente, alunos negros recebiam piores notas que os brancos, mesmo apresentando desempenho igual na avaliação padronizada (corrigida por computador).

Esses são apenas alguns dos exemplos que ilustram como vamos construindo desigualdades dentro do sistema educacional. Avançamos historicamente ao garantir acesso a todos no ensino fundamental, mas ainda há um longo caminho a percorrer.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ajuste "exige" superávit de 0,5% do PIB em 2024



Bráulio Borges: grande parte do ajuste virá da receita, como aumento de carga tributária, por exemplo

Manoel Pires: resenhas dos setores que tiveram corte de imposto precisam vir rapidamente

Anais Fernandes e Lucianne Carneiro De São Paulo e do Rio

O rombo fiscal está contratado para 2023, mas, se a nova gestão petista quiser restabelecer a sustentabilidade do setor público - entendida como uma dívida líquida (passivos menos ativos) estável ou cadente em relação ao **PIB** a partir do ano que vem - vai precisar garantir, no mínimo, superávits para o governo central de 0,5% do **PIB** em 2024, de 1% nos dois anos seguintes e de 1,5% de 2027 em diante. Os cálculos apresentados ao Valor são do economista Bráulio Borges, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

Para atingir os objetivos, o desafio, diz, é encontrar, entre aumento de arrecadação e/ou corte de despesas, cerca de R\$ 120 bilhões (1,2% do **PIB**) em 2024 e 2025. "Do lado das despesas, tem algumas medidas que podem ajudar, mas eu diria que grande parte terá de vir de mais receita, principalmente de aumento da carga tributária recorrente", afirma Borges.

Apesar de os resultados fiscais correntes do Brasil serem bons em relação ao histórico recente, para o economista a situação está desancorada desde o fim de 2021, antes mesmo da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, articulada pelo então ainda presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na virada de 2022 para 2023, que exarcebou a questão.

Isso fica evidente, segundo ele, quando se observa a diferença entre a projeção de consenso para a dívida bruta/**PIB** em 2030 e aquela esperada para 2022. Até novembro de 2021, essa diferença era negativa, ou seja, o mercado esperava que haveria alguma convergência da dívida ao fim da década, ainda que o endividamento seguisse elevado. Com a PEC dos

Precatórios, a diferença foi para o terreno positivo no início de 2022, escalou ao longo do ano com a "PEC Kamikaze", que permitiu ao então presidente Jair Bolsonaro (PL) aumentar gastos em meio à corrida eleitoral, e chegou à diferença de 12 pontos percentuais do **PIB** após a PEC da Transição.

"Parte dessa história é porque o mercado projeta que o superávit primário do setor público brasileiro vai ficar zerado entre 2024 e 2030. Considerando crescimento do **PIB**, taxa de juros, dívida inicial, concluímos que superávit zerado na média do período é insuficiente para manter a dívida pública parada ou gerar alguma queda ao longo do tempo", afirma Borges. "Se o novo governo quiser sinalizar a restauração da sustentabilidade fiscal, precisa levar esse superávit projetado para os próximos anos de zero para, no mínimo, o intervalo de 1% a 1,5% nos próximos seis, sete anos. Esse é o tamanho do desafio", diz.

Há quem diga, segundo Borges, que esse superávit precisa ser até maior, em torno de 2%. "Pode ser. Uma vantagem de um nível mais alto é gerar queda da dívida pública e, eventualmente, o Brasil poderia recuperar o grau de investimento em meados da década." Para 2023, se houvesse reoneração de todos os **tributos** reduzidos no governo anterior de forma **tempestiva** - o que já não aconteceu, porque Lula autorizou a manutenção da desoneração sobre diesel, por exemplo, até o fim do ano -, o déficit do governo central seria de 1% do **PIB**, estima Borges. Se nada for feito, esse déficit pode se aproximar de 2% do **PIB**.

"O novo governo tem um difícil desafio fiscal nos próximos três anos", escreve Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, na Carta do instituto de janeiro. "Apesar da melhora fiscal recente - muito concentrada na receita, parcialmente oriunda de fatores não permanentes e em grande parte já consumida por novos gastos - e da intenção de aperfeiçoar a capacidade arrecadatória do governo, será necessário manter uma estratégia de controle das despesas." Não é coincidência, diz Schymura, que os saltos nas expectativas de trajetória da dívida/**PIB** até 2030 tenham acontecido após a aprovação de PECs "que, de tanto contornar, acabaram por desmoralizar por completo o papel de âncora fiscal desempenhado pelo teto de gastos", afirma.

Borges observa que, caso a regra original tivesse sido

cumprida, a despesa primária federal encerraria 2022 em cerca de 16,6% do **PIB**, 1,8 ponto percentual a menos do que os 18,4% que devem ser efetivamente registrados. "Era uma âncora fiscal com problemas, mal desenhada, mal calibrada, mas era a principal âncora fiscal que a gente tinha desde 2017", afirma.

O economista calcula que a União teve uma "surpresa" de receita líquida em 2022, em relação ao projeto de lei orçamentária apresentado em agosto de 2021, de R\$ 291 bilhões (2,9% do **PIB**). Cerca de 60% desse valor, porém, foram consumidos em gastos adicionais através da alteração ou "furo" do teto. Poucos menos de 10% viraram desonerações tributárias e só 30% se transformaram efetivamente em melhoria de resultado primário, aponta Borges.

"Os resultados fiscais correntes foram bons, mas isso passa longe de poder ser classificado como um quadro de sustentabilidade fiscal. E a PEC da Transição trouxe mais gastos sem a discussão de financiamento. Ela exacerbou essa questão da desancoragem fiscal", diz.

Na visão de Borges, os cerca de R\$ 170 bilhões de gastos adicionais liberados pela PEC são excessivos e passam longe de indicar uma despesa estável como percentual do **PIB**. O gasto deverá chegar a 19,3% do **PIB** neste ano.

"Nesse contexto, o "mercado" vai cobrar resultados mais imediatos, não dando mais o benefício da dúvida. É por isso que 2023 ganha muita relevância. Se de fato conseguir entregar um déficit primário neste ano mais perto de 1% do **PIB** do que de 2%, o "mercado" vai começar a acreditar na possibilidade de melhorias adicionais do primário de 2024 em diante", diz Borges.

Para Schymura, a PEC foi uma sinalização que não ajudou a controlar as expectativas fiscais justo em um momento em que a atual âncora, o teto, deixou de ser efetiva e o novo arcabouço ainda nem foi apresentado.

Nesse sentido, Borges considera que o prazo de apresentação do novo arcabouço fiscal que consta da PEC da Transição, até agosto deste ano, é longo demais. Para ele, as regras deveriam estar aprovadas até abril, de forma a constar da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, que serve como balizadora da proposta orçamentária para o ano que vem.

Por outro lado, a Carta do Ibre aponta como positivo que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenha se comprometido a apresentar seu arcabouço fiscal até junho e que tenha dito que não vai deixar o país incorrer no déficit primário máximo permitido para este ano.

Algumas iniciativas do novo governo parecem mais claras, como a revisão do Cadastro Único, aponta Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre. Uma refocalização do Auxílio Brasil/Bolsa Família permitiria uma economia fiscal de até R\$ 23 bilhões (0,2% do **PIB**) ao ano, estima Borges.

"Isso não gera economia rápido, é um trabalho de gestão do governo que leva algum tempo para se materializar", pondera Pires. Ele observa ainda que algumas "balas de prata" para segurar despesas já foram utilizadas por Bolsonaro, como a aprovação da reforma da Previdência ou o congelamento do salário de servidores. "O espaço para economia é muito menor e o fato de não ter bala de prata, com o tamanho do ajuste que precisa ser feito, cria incertezas sobre como o governo vai equacionar essa questão", afirma Pires.

É por isso que, para ele, as discussões sobre o plano de ação fiscal do governo para encontrar centenas de bilhões que faltam no curto prazo e sobre como será construída a regra fiscal capaz de criar um cenário de sustentabilidade da trajetória da dívida "têm de vir juntas", diz. As reonerações também precisam ser revertidas rapidamente, segundo Pires.

Conforme a Carta do Ibre, alcançar os superávits projetados por Borges permitiria alívios no câmbio do dólar, que poderia estar abaixo de R\$ 5 caso a questão fiscal não estivesse "tão desarumada", e nos juros longos, que superaram 6% ao ano recentemente. "Quando você consegue ter uma política fiscal crível, provavelmente o juro real de equilíbrio também cede. A preocupação é sempre com a sustentabilidade", afirma Silvia Matos, coordenador do Boletim Macro do FGV Ibre.

Para ela, é especialmente difícil ter uma mudança de direção muito grande na política fiscal em um contexto de baixo crescimento, como é esperado para o Brasil neste ano, e juro já muito elevado.

Parte do desafio está também no fato de que a construção dessa trajetória de superávit primários crescentes a partir de 2024 não contará, ao menos até 2025, com a ajuda das receitas ligadas ao setor extrativo, que, segundo Borges, deverão passar de 2,6% do **PIB** em 2022 para 2% em 2023 e 2024, refletindo a queda esperada - e que já vem ocorrendo - do preço do petróleo. A partir de 2025, com o forte aumento previsto (de quase 80%) da produção de petróleo e gás no Brasil ao longo da década, essas receitas deverão ganhar novo impulso, encostando em 2,8% do **PIB** em 2031, aliviando a restrição fiscal e permitindo até algum crescimento real dos gastos sem redução do superávit, estima Borges.

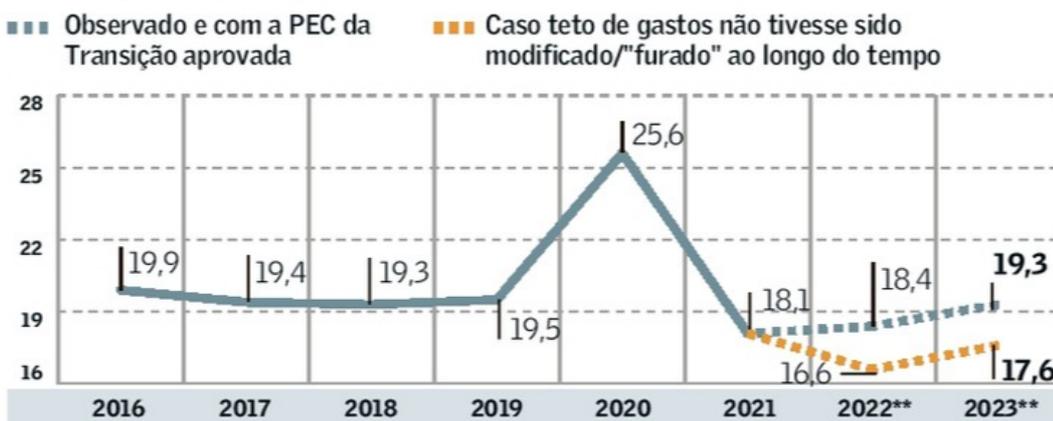
"Além das reonerações, que precisam ser feitas, vamos contar com essas receitas do petróleo, mas de uma maneira não linear. Tem um buraco no curto prazo", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187428>

Em busca da sustentabilidade perdida

Governo central precisará de superávit médio de 1%-1,5% do PIB*

■ Evolução do gasto primário da União - em % do PIB



■ Receita líquida da União - em % do PIB***



■ Despesa primária da União compatível com dívida sustentável - em R\$ bi constantes de 2022***



Fonte: Elaboração por Bráulio Borges. *entre 2024 e 2030, para a dívida líquida/PIB ficar estável no nível de 2023 ou cair.
 estimativa. *projeções de 2022 em diante

China acena com acordo de livre comércio com Mercosul



Li Chenggang: "é fundamental melhorar a diversificação das exportações"

Assis Moreira De Genebra

A China se diz pronta a negociar um acordo de livre comércio com o Mercosul ou separadamente com qualquer sócio do bloco. É um tema de impacto que dificilmente ficará de fora na visita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva planeja fazer à China proximamente.

Durante o 20- Congresso do Partido Comunista chinês, em outubro, relatório apresentado pelo presidente Xi Jinping destacou a estratégia chinesa de buscar "maior integração na cadeia industrial global e na cadeia de fornecimento e (continuar) a promover a liberalização e a facilitação do comércio e dos investimentos". Para isso, o país continuará a negociar "acordos de livre comércio de alto padrão" com seus parceiros comerciais. "Em resumo, a porta de abertura da China para o mundo estará se abrindo cada vez mais. Isto certamente criará mais oportunidades para seu desenvolvimento próprio e para o resto do mundo." No fim de novembro, durante o exame da política comercial do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), o embaixador chinês D Chenggang observou que o Brasil concluiu vários acordos de livre comércio e renovou ou iniciou novas negociações, e deu a mensagem de Pequim: "A China acredita que é fundamental melhorar a integração regional do Brasil e a diversificação das exportações. Nesse sentido, a China encoraja o Brasil a desempenhar um papel ativo

na expansão da rede de acordos regionais de comércio do Mercosul com os principais parceiros comerciais." E logo lembrou que a China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009, o maior mercado para as exportações brasileiras, fonte grande de importações para o Brasil e contribui fortemente no superávit comercial brasileiro.

Indagado pelo Valor sobre aprofundar o discurso do embaixador, o Ministério de Comércio chinês (Mofcom) respondeu sem rodeios: "Isso significa que a China está disposta a negociar um acordo de livre comércio (ALC) com o Mercosul como um todo ou um ALC com qualquer membro do Mercosul." Pequim já tem 22 acordos de livre comércio concluídos, por exemplo com Chile e Peru na América do Sul, além de 10 em negociação e oito "em consideração", como com a Colômbia. Também fez estudo de viabilidade de acordo com o Uruguai, o que na prática causaria o desmonte do Mercosul como união **aduaneira**. Diplomáticamente, para Pequim seria melhor negociar com o Mercosul como um todo. Mas confirma o plano B para negociarem separado.

O governo de Jair Bolsonaro nunca escondeu o ceticismo e a pouca simpatia pelo Mercosul. Já o governo Lula sinaliza a importância não apenas econômica, mas política e estratégica do bloco. A reação ao plano de Pequim será certamente diferente.

A discussão torna-se menos defensiva em relação à China. A diplomata e economista Tatiana Rosito elaborou documento nesse sentido sobre "Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China", a pedido do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), em 2020.

Tatiana é agora a nova secretária de Assuntos Econômicos Internacionais do Ministério da Fazenda.

No documento ela nota que, pelos impactos esperados, há caminho a ser percorrido pelo Brasil (e os parceiros do Mercosul) nas negociações de acordos internacionais antes de tratar o livre-comércio com a China, "mas esse tema não deve ser tabu e deve ser crescentemente considerado mediante uma abordagem que possa levar o Brasil e os diferentes setores da economia brasileira a debruçar-se sobre ganhos e perdas de um maior comércio com a China".

Ela cita estudo do Ipea, de "Avaliação dos Impactos sobre a Economia Brasileira de um Acordo de Livre Comércio do Brasil com a China", de 2019, que aponta "resultados inequivocamente positivos para a economia brasileira, com ganhos de **PIB**, investimento, exportações e importações. O saldo comercial seria um pouco pior, mas haveria uma redução significativa do nível de preços agregado e um aumento do grau de abertura da economia".

"O fato de que a abertura com a China promoveria grandes ganhos de exportação mesmo em setores "inesperados" é um resultado de grande relevância", diz o estudo, ressaltando que as perdas de produção e emprego em alguns setores exigem debate sobre o tema.

O estudo utiliza um modelo de equilíbrio geral que causa ceticismo. Não é por causa de tarifas que o Brasil não exporta outros produtos, fora da lista de commodities, para a China, mas sim por não ter competitividade, escala ou eficiência para atender ao gigantesco mercado chinês.

"Não conheço nenhum segmento [no Brasil] que, primeiro, tenha produção suficiente, e segundo, que tenha o apetite para assumir o risco de aumentar os negócios num mercado daquele tamanho. A China não é um mercado para vender excedentes, os distribuidores não têm interesse em pequenos volumes", diz Marcos Caramuru, ex-embaixador do Brasil na China (2016-2018), sócio da consultoria Kemu e um dos maiores especialistas em China.

Quando Lula levantarem Pequim a recorrente queixa de falta de diversificação das vendas brasileiras ao mercado chinês, a resposta virá certamente para discutir acordo.

Para Renato da Fonseca, superintendente de Desenvolvimento Industrial da CNI, não é preciso começar com acordo de livre comércio. Ele sugere como pontapé inicial um acordo de facilitação de comércio.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187428>

Sustos e desencontros - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

Desencontros são comuns no início de um governo.

Muitos ministros não se conhecem, dão declarações ao assumir seus postos e tudo acontece antes de serem realizadas reuniões para combinar linhas de ação. Neste quadro podem surgir opiniões divergentes que provocam estranhamento em quem está de fora. Nenhum problema nisso. O problema começa quando várias das ideias são ruins e torna-se grave se algumas dessas ideias forem levadas à frente.

Vou me ater a três. Na semana passada, o mercado financeiro reagiu mal a falas de integrantes do governo sobre revisões das reformas da Previdência e Trabalhista e uma dubiedade em um decreto, que deixa em aberto a possibilidade de o governo rever o marco legal do saneamento para proibir privatizações.

O mercado tem razão em temer as três coisas.

A reforma da Previdência foi intensamente negociada por mim no governo Temer e aprovada em 2019. Desde então, o déficit da Previdência em relação ao PIB caiu: foi de 3,79% em 2020 e deve ser de 2,49% em 2023, segundo previsto no Orçamento.

Sem a reforma, o sistema entraria em colapso.

A reforma trabalhista e o marco legal do saneamento são dois avanços capazes de atrair investimentos, essenciais para a volta do crescimento e da geração de empregos. No caso do mercado de trabalho seria saudável aperfeiçoar a reforma para incluir categorias que cresceram com a economia digital, como trabalhadores por aplicativo.

Voltar atrás seria um atraso.

O marco legal do saneamento tem apenas dois anos. Rever o que foi feito por questões ideológicas, para proibir privatizações e manter o setor nas mãos de estatais seria um enorme retrocesso. Em 2023, uma porcentagem significativa de brasileiros ainda não tem acesso a água encanada e esgoto. O marco estabelece a universalização desses serviços em 2033.

Proibir as empresas privadas significa abrir mão disso,

dado que as estatais não têm recursos para investir o necessário.

Pior que isso, rever o marco seria insistir numa imagem ruim do Brasil: a de um país em que os compromissos são continuamente alterados, ao sabor do governo da ocasião, de acordo com preferências ideológicas ou conveniências. O Brasil precisa de estabilidade, de respeito ao que foi aprovado pelo Congresso. Investidores demoram anos para decidir por seus investimentos, para mobilizar capital e para obter resultados.

Ao sinalizar mudanças em uma lei tão recente, o governo transmite um sinal de instabilidade.

Espero que tudo não passe de desencontros de início de gestão e de políticos vivendo ainda um clima de campanha.

EX-PRESIDENTE DO BC E EX-MINISTRO DA FAZENDA

É urgente priorizar metas para impulsionar o agronegócio (Editorial)

Entre as metas do governo federal para o agronegócio, duas precisam estar no topo das prioridades: as questões ambiental e a da inovação. Falta de visão estratégica para o setor, inépcia na execução dos objetivos ou puro e simples preconceito com os empreendedores do campo serão prejudiciais ao país como um todo.

O agronegócio brasileiro é um dinamo. Responde por 45% das exportações e 25% do **PIB**. Diferentes previsões, até as feitas por governos estrangeiros, apontam que a participação do Brasil no comércio mundial de alimentos continuará crescendo na próxima década. Por isso a necessidade de o governo fazer a sua parte.

Na questão ambiental, existe convergência entre a agenda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as metas do segmento mais moderno do agronegócio, também interessado na preservação ambiental para evitar retaliações de competidores na área comercial.

Combater, de forma implacável, o desmatamento ilegal deverá ser prioridade, especialmente na Amazônia. Ao mesmo tempo, será preciso coordenar e fortalecer a implementação do Código Florestal pelos estados de todas as regiões do país. Aprovada pelo Congresso em 2012, a lei busca conciliar a proteção da vegetação nativa e a produção agropecuária. Para se adequarem à legislação, os produtores precisam entrar num cadastro, e os governos estaduais avaliar as informações.

Passados dez anos, somente 12% dos cadastros passaram por análise, e 2% foram concluídos. Sem a coordenação do governo federal, é difícil imaginar que haverá progresso no ritmo necessário. Ainda ligado à pauta do aquecimento global, o novo governo faria bem se examinasse como poderá incentivar o setor privado a elevar o número de propriedades cobertas com seguro contra problemas climáticos. Entre os pequenos e grandes produtores há um percentual maior com proteção, mas existem grandes segmentos à mercê dos humores do tempo.

No front da inovação, o objetivo deve ser levar a conectividade para o campo. O crescimento da produtividade do agronegócio brasileiro é espantoso. De 2000 a 2019, o avanço foi de 3,18% ao ano, um dos maiores do mundo. Para continuar nessa toada,

os produtores de padrão médio precisam estar conectados e aptos a receber serviços digitais e de geolocalização (os grandes têm recursos e já estão on-line). A digitalização do campo não beneficiaria apenas os agricultores e pecuaristas. O Brasil tem avançado na criação de startups tecnológicas voltadas para o setor primário.

Além de ajudar, o governo não pode criar problemas. Setores da esquerda flertam com a ideia de um imposto sobre as exportações, esquecendo que nossos competidores não apenas são isentos, como recebem gordos subsídios. Vale lembrar que a Argentina decidiu taxar as exportações e deu no que deu.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Economia global caminha para era de tensão e juro alto

**Rich Miller, Steve Matthews e Catarina Saraiva
Bloomberg**

A economia mundial parece estar em transição rumo a uma era mais complicada, na qual os juros serão mais altos, as tensões geopolíticas, maiores e as incertezas, mais acentuadas, alertam grandes nomes da economia - como o ex-secretário do Tesouro dos EUA Lawrence Summers, o ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI) Kenneth Rogoff e uma ex-integrante do banco central britânico, Kristin Forbes.

A era de juros baixíssimos e de alto crescimento na China está saindo de cena, alertaram economistas que participaram do encontro anual da Associação Econômica Americana (AEA), em Nova Orleans. Investidores e autoridades econômicas vão se deparar agora com um novo mundo, em que a crescente rivalidade entre EUA e China e riscos de defaults desastrosos serão a nova norma.

"Vivemos em uma era de muitos choques", disse Rogoff, professor da Universidade Harvard. "Podemos estar em um ponto de inflexão da economia global".

Esses alertas sobre problemas de longo prazo chegam no momento em que muitos investidores estão um pouco mais otimistas com a capacidade do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) de controlar a **inflação**, ainda elevada, sem provocar uma recessão. As ações e os títulos do Tesouro subiram na sexta-feira, após relatório sobre o emprego nos EUA ter revelado uma queda nos ganhos salariais em dezembro, enquanto a taxa de desemprego caiu para nível historicamente baixo.

A conferência da AEA encerrada ontem - a primeira reunião presencial em três anos - ocorreu em um momento que a profissão dos economistas passa por crise de confiança. O fato de a maioria dos analistas não ter previsto que haveria uma **inflação** persistente como resultado da pandemia gerou muita reflexão e questionamentos das suposições tiradas a partir de simulações econômicas de computador que têm guiado as medidas governamentais há anos.

"Nosso histórico de compreensão da **inflação** é muito ruim", disse David Romer, professor da Universidade da Califórnia, em Berkeley. "A gama de resultados

plausíveis para o próximo um ou dois anos é muito ampla", incluindo uma queda da **inflação** ou desta se tornar enraizada na economia.

Um reflexo dessa incerteza são os conselhos conflitantes dados ao Fed pelos economistas da conferência. O prêmio Nobel Joseph Stiglitz alertou que o aperto no crédito pode prejudicar a economia e terá pouco efeito na redução da **inflação**, alimentada por choques de oferta decorrentes da pandemia e da invasão da Ucrânia pela Rússia.

Em contraste, o economista-chefe do FMI, Pierre-Olivier Gou-rinchas, ressaltou a importância de o Fed e de outros bancos centrais manterem sua determinação de vencer a **inflação** mesmo com o aumento do desemprego.

O presidente do Fed regional de Atlanta, Raphael Bostic, disse que o BC ainda precisa elevar mais os juros, apesar da desaceleração no ritmo do ganho salarial. Mas ele reconheceu que as perspectivas são muito incertas. "Como a situação não tem precedentes, porque essa pandemia foi muito singular, é difícil ter expectativas firmes sobre como a situação evoluirá com o tempo", disse Bostic, que não votará nas decisões sobre política monetária do Fed neste ano.

Enquanto na conferência de 2019, o então presidente da AEA, Olivier Blanchard, defendeu que haveria um período prolongado de taxas de juros baixa, Rogoff e Summers sustentaram em Nova Orleans que diversos fatores - como o aumento dos déficits e das dívidas governamentais e os investimentos futuros para combater as mudanças climáticas - elevarão os juros acima dos baixos níveis que prevalecem desde a crise financeira de 2007-09.

"Meu palpite é que não retornaremos à era da estagnação secular", disse Summers, professor da Universidade Harvard, aos colegas economistas no sábado.

Isso terá grandes implicações para os mercados e a economia. Os juros baixos foram uma das principais razões porque os preços da moradia e das ações subiram tanto e ajudaram a captação maciça pelo governo para combater a pandemia, de acordo com Rogoff.

Forbes, que integrou o Banco da Inglaterra, o BC do Reino Unido, e é professora do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), disse que as medidas contra a covid-19 "introduziram novas vulnerabilidades e riscos".

O grande aumento do endividamento governamental eleva o risco de crises fiscais, enquanto os juros baixíssimos da pandemia geraram bolhas de ativos, que podem vir a estourar. Essas vulnerabilidades podem se manifestar "mais cedo ou mais tarde", já que o custo do crédito disparou, segundo Forbes.

Outra enorme mudança iminente é uma forte desaceleração no crescimento de longo prazo da China, que por décadas ajudou a impulsionar a economia mundial, segundo Rogoff.

Embora a economia do país deva se recuperar neste ano com o fim das medidas de controle da pandemia, Rogoff destacou que há dificuldades mais profundas no modelo de crescimento chinês, que depende fortemente de altos gastos em infraestrutura e de um setor imobiliário inchado para impulsionar o Produto Interno Bruto (**PIB**). Seus cálculos mostram que os preços das moradias em cidades chinesas menores, que representam por mais de 60% do **PIB** do país, já caíram 20%.

É improvável que a desaceleração chinesa diminua a rivalidade em quase todas as frentes entre os EUA e o país comandado pelo Partido Comunista chinês, da indústria de chips de computador até a disputa por influência militar no Oceano Pacífico.

O economista Barry Eichen-green, da Universidade da Califórnia, em Berkeley, advertiu que um confronto entre EUA e a China sobre Taiwan desencadearia choques econômicos que seriam "de muitas ordens de magnitude maiores" que as da invasão da Ucrânia pela Rússia.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187428>